



### **5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO**

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE PORTO NACIONAL-TO**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**, através do Promotor de Justiça que esta subscreve, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 17 da Lei 8.429/92 e 25, inciso IV, alínea *b*, da Lei n.º 8.625/93, propor

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE  
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA  
com pedido liminar**

em face de:

**MIYUKI HYASHIDA**, brasileira, prefeita de Brejinho do Nazaré, RG 8717986 SPP/SP, CPF 020.213.928-05, podendo ser encontrada na prefeitura municipal ou Estrada Brejinho Aliança, Km 2, Fazenda São Paulo, Cep 77560-000, ambas em Brejinho de Nazaré/TO ou ainda na 404 Sul, LO-9, Edifício Lago Azul, apto 1.003, Palmas/TO;

**CARLOS ROBERTO CÉSAR NOGUEIRA**, brasileiro, solteiro, motorista, CPF/MF 546.946.471-72, RG 021.574, residente na Rua São José, 580, Centro, Brejinho do Nazaré, ou na Fazenda São Paulo, Cep 77560-000. Brejinho de Nazaré/TO;

**CRC TRANSPORTADORA - EIRELLI-ME**, CNPJ 03.859.305/0001-41, pessoa jurídica de direito privado, que tem como responsável legal, Carlos Roberto César Nogueira, acima qualificado, com sede na residência do próprio Carlos Roberto, também acima referida;

**CLÁUDIA MARISA TASSA**, presente da Comissão de Licitação de Brejinho do Nazaré, podendo ser localizada na Prefeitura de Brejinho do Nazaré, em razão dos fatos e motivos a seguir expostos:

#### **I. DOS FATOS**

O Ministério Público do Estado do Tocantins recebeu notícia oriunda do atual vice-prefeito de Brejinho no Nazaré, João Alves Guimarães Neto, que relatou que um empregado particular da prefeita municipal Miyuki, conhecido como “*NEGÃO*” (*sic*), que dirige o caminhão da fazenda da mesma, tem em seu nome registrada uma empresa a qual já ganhou diversas licitações, para reforma de escolas e locação de caminhões (fls. 05).



### 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

Diante da notícia, inicialmente foram realizadas consultas em sistemas, e foi apurado que a empresa CRC já teria em seu benefício 4 empenhos de verbas públicas, no total de R\$ 208.658,38, pela prefeitura de Brejinho no Nazaré. Apurou-se ainda que a “sede” declarada da empresa referida é exatamente no endereço residencial de Carlos Roberto Cesar Nogueira, o dito funcionário particular da prefeita.

Durante a instrução da investigação, foram colhidos depoimentos de quatro testemunhas que afirmaram que conhecem a pessoa de “NEGÃO” e que o mesmo trabalha dirigindo o caminhão que transporta peixes para venda da Fazenda São Paulo, de propriedade privada da ora requerida Miyuki. As testemunhas também afirmaram que “NEGÃO” trabalhou como motorista na campanha eleitoral de Miyuki. (vide fls. 11/14).

O vice-prefeito João Alves Guimarães Neto também prestou declarações e afirmou que Carlos Roberto Cesar, conhecido como “NEGÃO” comprou uma empresa do primo do mesmo e que o caminhão alugado para a prefeitura custa cerca de R\$ 75.000,00, afirmando ainda que já teriam sido pagos mais de R\$ 250.000,00 de aluguéis. Afirmou que a prefeitura tem 3 caminhões, sendo 2 novos.

A fls. 16 foi realizada pesquisa acerca de Carlos Roberto Cesar Nogueira, sendo apurado que o mesmo consta como proprietário da empresa CRC TRANSPORTADORA EIRELI, mas também como empregado registrado de outra empresa, cuja atividade é criação de bovinos.

Conforme se vê das cópias do contrato social e alterações (fls. 159/171), a empresa CRC TRANSPORTADORA é somente um *novo nome* da empresa REPRESENTAÇÕES 1999, que tinha como dono Sérgio Augusto de Souza Amaral, esse primo de Carlos Roberto<sup>1</sup>, sendo essa pessoa jurídica, que estava inativa de fato, foi juridicamente transferida para Carlos Roberto com registro da alteração contratural na JUCETINS no dia **23.02.2017**, ou seja, poucos dias antes da abertura da licitação.

Portanto, Carlos Roberto - o motorista de campanha eleitoral e motorista da Fazenda da Prefeita - tornou-se dono da empresa cujo nome passou a CRC que, em poucos dias depois do registro da alteração contratural, foi “vencedora” de uma licitação no município de Brejinho.

Ademais, foram levantadas informações junto ao INFOSEG que apontam que Miyuki Hyashida é, realmente, proprietária da empresa AQUICULTURA **FAZENDA SÃO PAULO**, para quem Carlos Roberto trabalha como motorista.

Com o seguimento das apurações foi então requisitada cópia do processo licitatório referente à locação de um caminhão compactador para coleta de lixo em Brejinho do Nazaré (cópias do **PREGÃO 003/2017** a fls. 40/264).

A análise do processo de licitação permite verificar que a licitação na modalidade pregão que culminou com contratação da empresa recém transferida para Carlos Roberto, o motorista da prefeita, foi claramente dirigida para tal empresa.

A nota técnica realizada por Analista Ministerial do Ministério Público (fls. 266/270) aponta irregularidades como a inexistência de aprovação de termo de referência do certame, ausência de orçamento que espelhe a composição dos custos do serviço, não realização ampla pesquisa de preços praticados pelo mercado (fls. 267), entre


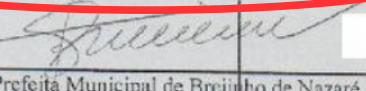
<sup>1</sup> Vide declarações de Sérgio Augusto a fls. 274.

**5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO**

**PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL**  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

outras. A nota técnica destaca ainda que consta do processo licitatório municipal uma estimativa de preços (fls. 47) denominada “proposta”, feita exatamente pela empresa CRC, **com data anterior à própria abertura do processo licitatório** (fls. 266).

Tal constatação é gravíssima e revela, às escâncaras, que já havia prévia definição do resultado da licitação para que a empresa do motorista da prefeita fosse contratada antes mesmo da abertura do procedimento administrativo. Veja-se sobre essa constatação as cópias do processo administrativo a fls. 43 e seguintes:

ESTADO DO TOCANTINS BREJINHO DE NAZARÉ PREFEITURA MUNICIPAL		Fis N° 46 Ass	FIS N.º 24 ASSINATURA
Praça Nossa Senhora de Nazaré, 665, Centro - CEP 77.760-000.		gabprefeitabnz@gmail.com (063)3521-1441/1239 - Fax (63)3521-1136	
<b>SOLICITAÇÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS/DIÁRIAS</b>			
<b>SETOR REQUISITANTE:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO, LAZER E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL			
<b>PARA:</b> SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO/COMPRAS			
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b> 15.452.0024.2.026			
<b>ELEMENTO:</b> 3.3.90.39			
<b>FONTE:</b> 0060.00.000			
<b>PROCESSO LICITATÓRIO:</b> ( ) SIM ( ) NÃO			
<b>MODALIDADE LICITAÇÃO:</b>		<b>SRP N°:</b>	<b>PROCESSO N°:</b>
		<b>EMPRESA:</b>	
*Favor checar junto ao Setor de Licitação a existência de Processo Licitatório			
<b>JUSTIFICATIVA:</b> LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COM COMPACTADOR DE LIXO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA URBANA, COM EQUIPE NECESSÁRIA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE COLETA MANUAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE BREJINHO DE NAZARÉ, PARA O EXERCÍCIO 2017.			
Data: 03/03/2017		Autorizo, observadas as normas legais.	
		Data: 03/03/2017	
 Responsável		 Prefeita Municipal de Brejinho de Nazaré.	

**5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO**

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

**PROPOSTA**

**CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO**

CRC TRANSPORTADORA EIRELLI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº.03.859.305/0001-41, com sede na Rua São José, nº 580 – Centro, Brejinho de Nazaré – TO.

QUANTIDADE	SERVIÇO	VALOR TOTAL	PRAZO
1	Caminhão compactador de lixo e limpeza urbana, com equipe própria.	R\$ 160.000,00 Em 9 Parcelas R\$17.777,78	abril a dezembro/ 2017

Esta proposta tem validade de 90 dias.

Brejinho de Nazaré-TO, 23 de fevereiro de 2017.

*Carlos Roberto Costa Junior*  
CRC TRANSPORTADORA EIRELLI-ME  
CPF nº.03.859.305/0001-41

*Ministério Público - TO*  
Fis N° 47  
Fis N° 05



### 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

---

Ora, como um documento com data de **23.02.2017** pode fazer parte de um processo administrativo que foi inaugurado com solicitação contendo o “autorizo” da prefeita em **03.03.2017**???

E mais: porque a presidente da Comissão de Licitação, a Sra. **Claudia Marisa Tassa** para formular edital publicado e anexo II, utilizaria um orçamento como parâmetro de preços para a licitação de uma empresa que há poucos dias fora reativada (*exatamente do motorista particular da prefeita*), com alteração de nome e proprietário, se essa empresa nunca tinha atuado no ramo de locação de caminhões? Qual a *expertise* que tal empresa do motorista particular da prefeitura tinha para balizar o custo estimado do dito pregão??

Não bastasse, é certo que o edital e o respectivo termo de referência do pregão assinados pela presidente da comissão Claudia Maria Tassa desatendem o art. 3º, inciso II, da Lei 10.520/02, já que o objeto licitação **não** é preciso, suficiente e claro, eis que aponta simplesmente a “locação de 01 (um) caminhão com coletor/compactador de resíduos sólidos urbanos, com motorista e equipe para coleta manual e manutenção dos serviços de limpeza urbana do município de Brejinho de Nazaré.”

Ora, algum interessado que não tivesse contato direto com a prefeita municipal perguntaria: *Quantos funcionários serão necessários para compor tal equipe? Qual é o volume de lixo estimado? Quantos dias e horas de trabalho serão necessários? Serão coletados apenas lixo ou também outros detritos para a limpeza urbana do município?*

A delimitação do objeto licitado portanto não é precisa, suficiente e clara para permitir a desejada competição ampla de interessados já que, além da simples locação de um caminhão com coletor, não constam do termo de referência especificações quais outros serviços serão exigidos do fornecedor.

Aliás, a licitação em questão, apesar de ser intitulada locação de caminhão abarca na verdade serviço de limpeza urbana no município, serviço esse que não é um *serviço comum* nos termos do que concebe o artigo 1º da Lei 10.520/02 e, assim, seria bem mais coerente realizar uma Tomada de Preços ou Concorrência Pública, cujos prazos entre a publicação de edital e julgamento são bem mais amplos. O Manual de Licitações e contratos do TCU define que: “*Bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.*” Tal irregularidade também aponta para restrição da competitividade.

Não bastasse tudo o já comprovado, é certo que o direcionamento do dito PREGÃO foi tamanho que, conforme se vê da ata, **somente a empresa CRC compareceu à comissão de licitação e portanto só a CRC apresentou proposta (vide ata a fls. 175/176).**

Evidentemente um jogo de cartas marcadas e uma “licitação” que em nenhum momento houve efetivamente competição.

Apesar de todas essas evidências e de seu motorista particular ter “concorrido” sozinho no pregão, a prefeita **Miyuki**, em atitude de inegável dolo, homologou a licitação (fls. 184) e assinou contrato com Carlos Roberto, seu cabo eleitoral, conforme se vê a fls. 192, no valor de **R\$ 157.500,00.**





### **5ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO**

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

---

Após os valores foram pagos, com autorização da prefeita, por vários meses sem qualquer atesto dos serviços, mediante simples apresentação de notas fiscais e emissão genérica de liquidação (vide fls. 193/194).

Não satisfeita, a prefeita municipal, em dezembro de 2017, firmou em nome do município termo aditivo do contrato, acrescentando-se **mais R\$ 210.000,00** para mais 12 meses de vigência, até 30 de dezembro de 2018.

Durante as investigações foi ouvido na condição de testemunha a pessoa de Sérgio Augusto de Souza Amaral, primo de Carlos Roberto, e ex-proprietário da empresa Representações 1999, que por alteração contratual passou a se chamar CRC. Essa testemunha, próprio primo do próprio requerido Carlos Roberto, confirmou que Carlos havia comprado o caminhão em **2016**, meses antes da licitação se aberta, e que o mesmo falou que **“a prefeita iria ajudar Carlos”**, confirmando todos as provas de fraude do certame direcionado.

O investigado CARLOS ROBERTO ao ser interrogado no Ministério Público, na presença de seu advogado, confirmou que adquiriu o caminhão prensa de lixo em dezembro de 2016, ou seja, após as eleições de 2016 em que Miyuki foi eleita, e **meses antes da abertura da licitação** (o que comprova que sabia que a gestora autorizaria no ano seguinte a abertura da licitação). Afirmou que comprou o caminhão por R\$ 86.000,00 em uma cidade do interior de São Paulo, cujo nome não se recorda. Ao ser indagado se era funcionário de Miyuki disse que *“já fez algumas viagens no caminhão da Fazenda São Paulo da prefeita Miyuki”* mas que *“não são constantes as viagens”* Afirmou que foi contratado para fazer reformas emergenciais em prédios públicos para o município sem licitação. Disse que não sabe quanto sua empresa faturou no primeiro ano (2017); afirma que trabalha em Brejinho de manhã, de segunda a sábado, e que o caminhão prensa via atualmente para Santa Rita, na sexta e segunda a tarde.

A prefeita investigada foi notificada para, desejando, apresentar esclarecimentos em 15 dias, mas não fez até o presente momento, limitando-se a pedir prorrogação do prazo para se manifestar, o que foi indeferido.

Além de todos os vícios apontados, o valor contratado em benefício da empresa CRC até o momento, considerando contrato original e aditivo, é de **R\$ 367.500,00**, o que permitiria a compra pelo ente público de, ao menos, 4 caminhões idênticos ao alugado ou a aquisição de 1 veículo dessa natureza e a sobra de mais de R\$ 250.000,00, cuidando-se de contratação lesiva ao patrimônio público e obviamente realizada para conceder vantagem econômica para o motorista particular da requerida.

Nesse contexto, nota-se claramente que o PREGÃO 003/2017 foi fraudado e direcionado para a contratação da empresa recém transferida para o nome de Carlos Roberto, o motorista particular e motorista da campanha eleitoral de Miyuki, tratando-se de licitação e contrato inválidos para beneficiar pessoa de confiança da prefeita, **o que causa lesão ao erário e viola vários princípios constitucionais da administração pública, como moralidade, legalidade, impessoalidade, relevando patente improbidade administrativa.**

## **II. DA CARACTERIZAÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**



### **5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO**

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal 8.429/92) prevê três modalidades de atos ímprobos: a) atos que importem em enriquecimento ilícito; b) atos que causem prejuízo ao Erário; c) atos que atentem contra princípios da administração.

Dispõe a norma:

*Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:*

*I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;*

*(...)*

*VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente;*

*IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;*

*XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;*

*Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:*

No caso em análise resta claro que a requerida e seu motorista de confiança, bem como a empresa que foi transferida para o nome de Carlos Roberto, e com ativa participação da presidente da comissão de licitações, direcionaram a contratação para a empresa CRC, frustrando a licitude de processo licitatório, que foi homolado por Miyuki que também contratou seu motorista particular com verbas públicas, facilitando e concorrendo para a incorporação ao patrimônio particular dinheiro público, violando ainda os princípios constitucionais da administração, notadamente a impessoalidade, moralidade e legalidade.

A fraude, conforme narrado em detalhes acima, está comprovada pela utilização de estimativa de preços com data anterior à data da abertura da licitação e data pela própria empresa CRC, e pela ausência de descrição clara e suficiente do objeto em violação ao art. 3º, II, da Lei de Pregão<sup>2</sup>, pelas irregularidades constatadas em análise técnica e pelo claro direcionamento para Carlos Roberto que já sabia da futura abertura do certame no ano de 2016, a ponto de comprar o caminhão atualmente locado pelo ente, o que inviabilizou a competição de interessados e fez do pregão um verdadeiro simulacro de concorrência.

Sobre o tema, colaciona-se o seguinte julgado do TJDF:

---

**2**Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

*I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;*

*II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;*



### 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LICITAÇÃO. DISTRITO FEDERAL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. **OBJETO VAGO E INDEFINIDO. AUSÊNCIA DE ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS E RESPECTIVOS VALORES. ADMINISTRAÇÃO CONTRATADA. ILEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA.** 1 - . A CONCORRÊNCIA E OS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA CELEBRADOS ENTRE O DISTRITO FEDERAL E EMPRESAS, EM DECORRÊNCIA DA REFERIDA LICITAÇÃO, POR APRESENTAREM OBJETO VAGO E INDEFINIDO, SEM ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS E SEUS RESPECTIVOS VALORES, CONTRARIAM A LEGISLAÇÃO QUE DISCIPLINA A MATÉRIA E FERE A TRANSPARÊNCIA QUE DEVE NORTEAR OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E, POR CONSEQUENTE, SÃO NULOS. 2 - É ILEGAL A UTILIZAÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA DENOMINADO ADMINISTRAÇÃO CONTRATADA. APELAÇÕES CÍVEIS DESPROVIDAS. (TJ-DF - APC: 20080110080789 DF 0040921-51.2008.8.07.0001, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Data de Julgamento: 12/03/2014, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 14/03/2014 . Pág.: 179)

Em caso semelhante, o TJTO decidiu:

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. FRAUDE À LICITAÇÃO. SIMULAÇÃO DE CERTAME. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO. CRIME DE RESPONSABILIDADE. ART. 1º, INCISO I, DO DECRETO LEI Nº 201/67. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PENA APLICADA NOS PARÂMETROS MÍNIMOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Os elementos probatórios contidos nos autos são aptos a ensejar a condenação do apelante, porquanto na condição de Presidente da Comissão de Licitação, tinha o dever legal de analisar a documentação apresentada pelos concorrentes do processo licitatório e a aptidão para cumprir o contrato. **2. Ao habilitar e sagrar vencedora do certame uma empresa que tinha sido criada dois dias antes do aviso de licitação, com capital social insignificante declarado no contrato social - R\$ 18.000,00, que não possuía nenhum funcionário registrado, tampouco veículos para cumprir o objeto licitado (transporte escolar), em licitação cujo valor perfazia o montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), e pertencente ao Prefeito à época e seu irmão (com atuação dos chamados “laranjas”), demonstram que o apelante estava participando ativamente da fraude perpetrada.** 3. Provas aptas a ensejar o decreto condenatório. Pena fixada nos parâmetros mínimos. Sentença mantida. 4. Apelo conhecido e NÃO PROVIDO (APELAÇÃO CRIMINAL Nº 00043112220148270000 ORIGEM: COMARCA DE GURUPI/TO REFERENTE: AÇÃO PENAL Nº 5000914-51.2011.827.2722 DA 1ª VARA CRIMINAL TIPO PENAL: ARTIGO 1º, INCISO I, DO DECRETO LEI 201/67 APELANTE: WILSON ALVES DA COSTA ADVOGADO: JUCIENE RÊGO DE ANDRADE APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS PROC. JUSTIÇA: MARCO ANTONIO ALVES BEZERRA RELATOR: Desembargador HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO RELATOR EM SUBSTITUIÇÃO: Juiz AGENOR ALEXANDRE DA SILVA)

Desse modo, cristalina a prática ilegal de frustração do caráter competitivo da licitação e direcionamento da contratação e, assim, nulos os atos do procedimento licitatório forjado, sendo também nulos os contratos, ordens de pagamento e aditivos, sendo caso de ressarcimento do erário pelos requeridos que participaram dos ilícitos, na forma do **art. 49 § 2º da Lei 8666/93 e art. 10, VIII, da Lei 8.429/92.**





### **5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO**

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

A fraude à licitação torna nulos os contratos direcionados que lhe seguem, demonstrado total ilegalidade e imoralidade nos atos administrativos, sendo indisputável a necessidade de devolução integral dos valores, sob pena de prestígio ao ilícito.

Sobre o tema, cumpre colacionar julgado do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

**0000369-52.2005.8.26.0411      Apelação      /      Improbidade Administrativa**

**Relator(a): Vera Angrisani**

**Comarca: Pacaembu**

**Órgão julgador: 2ª Câmara Extraordinária de Direito Público**

**Data do julgamento: 26/04/2016**

**Data de registro: 29/04/2016**

**Ementa: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. Jurisprudência e doutrina pátria não dissentem quanto à legitimidade do Ministério Público para propor ações civis públicas de improbidade administrativa de acordo com as previsões da Lei nº 8.429/92. Petição inicial que atende aos requisitos contidos no art. 319, do Código de Processo Civil. O prazo prescricional para as ações de improbidade administrativa é, em regra, de cinco anos, ressalvando-se a imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário. No caso de agente político detentor de mandato eletivo ou de ocupantes de cargos de comissão e de confiança inseridos no polo passivo da ação, inicia-se a contagem do prazo com o fim do mandato. Exegese do art. 23, I, da Lei nº 8.429/92. Prescrição afastada. Preliminares rejeitadas. Contratação mediante fraude. 'Licitação' direcionada. Superfaturamento de preços. Inexistência de boa fé. Ilusório foi o procedimento que, em tese, deveria visar à proposta mais vantajosa para a municipalidade. Nitida afronta ao disposto no art. 10, VIII, da LIA, que estabelece constituir ato de improbidade administrativa frustrar a licitude do processo licitatório, com prejuízo ao erário. In casu, superfaturamento do valor do leite, conforme aferido pelo Tribunal de Contas. Licitação e contrato nulos. Condenação dos administradores públicos ao ressarcimento integral dos valores despendidos por conta da contratação irregular. Então prefeito ora falecido, cuja condenação pecuniária não pode ultrapassar a 'força da herança', bem assim inaplicabilidade das penalidades personalíssimas. Sentença reformada em parte. Recursos conhecidos e improvidos, parcialmente provido o do ex-prefeito.**

Não bastasse, os valores pagos pelo contrato, que já atingem **R\$ 367.500,00** poderiam como já tido sido utilizados para a aquisição de vários caminhões iguais pelo município ou a compra de um veículo e pagamento de mão de obra, cuidando-se de avença claramente nociva ao erário.



### **5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO**

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

Em suma: as condutas dos requeridos relevam flagrantes atos de improbidade, sendo necessário que o Poder Judiciário aplique a lei para que, um dia, tenhamos uma administração pública séria e Republicana.

### **III. DA NECESSÁRIA INDISPONIBILIDADE DE BENS**

Dispõe o artigo 7º da Lei nº 8.429/92:

“Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o *caput* deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.”

Tal regra legal disciplina o mandamento constitucional previsto no artigo 37, § 4º, segundo o qual os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Uma vez que os atos de improbidade mencionados causam dano a erário que totalizam **R\$ 367.500,00**, mister se faz decretar a indisponibilidade dos bens dos requeridos no montante de ao menos **R\$ 1.102.500,00** para assegurar o ressarcimento, garantindo-se a recomposição do patrimônio público, além do pagamento da multa civil de até duas vezes o valor do dano, conforme norma do artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa.

Nesse sentido, é firme a jurisprudência do STJ:

AgRg no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL No 100.445 - BA (2011/0308371-6) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES2ª Turma, j. 15/05/2012

#### **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. GARANTIA DE EVENTUAL EXECUÇÃO. LIMITES. VALOR DO DANO AO ERÁRIO. ACRESCIDO DE POSSÍVEL IMPOSIÇÃO DE MULTA CIVIL. ESTIMADO PELO AUTOR DA AÇÃO. CONTA-CORRENTE. POSSIBILIDADE. PODERES DE CAUTELA E DE CONDUÇÃO DO FEITO PELOS MAGISTRADOS. OBSERVÂNCIA DE PRECEITOS LEGAIS SOBRE VEDAÇÃO À INDISPONIBILIDADE.**

**1. É pacífico nesta Corte Superior entendimento segundo o qual a indisponibilidade de bens deve recair sobre o patrimônio dos réus em ação de improbidade administrativa de modo suficiente a garantir o integral ressarcimento de eventual prejuízo ao erário, levando-se em consideração, ainda, o valor de possível multa civil como sanção autônoma.**



### **5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO**

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

2. Na espécie, o Ministério Público Federal quantifica inicialmente o prejuízo ao erário na esfera de R\$ 189.455,85 (cento e oitenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos). Esta é, portanto, a quantia a ser levada em conta na decretação de indisponibilidade dos bens, não esquecendo o valor do pedido de condenação em multa civil, se houver (vedação ao excesso de cautela).

3. **Assim, aplica-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, até a liquidação, devem permanecer bloqueados tanto quantos bens foram bastantes para dar cabo da execução em caso de procedência da ação.**

4. Deixe-se claro, entretanto, que ao juiz responsável pela condução do processo cabe guardar atenção, entre outros, aos preceitos legais que resguardam certas espécies patrimoniais contra a indisponibilidade, mediante atuação processual dos interessados - a quem caberá, p. ex., fazer prova que determinadas quantias estão destinadas a seu mínimo existencial.

5. **É lícita a decretação de indisponibilidade sobre ativos financeiros do agente ou de terceiro beneficiado por ato de improbidade. (Precedentes: REsp 1078640/ES, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/03/2010, DJe 23/03/2010; REsp 535.967/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe 04/06/2009)**

6. Agravo regimental não provido.

RECURSO ESPECIAL Nº 1.161.631 - SE (2009/0199526-7)

RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS

2ª Turma, j. 10/08/2010

#### **EMENTA**

ADMINISTRATIVO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – INDISPONIBILIDADE DE BENS – LIMITES DA CONSTRICÇÃO** – ART. 7º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8429/92.

1. **Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou enriquecimento ilícito, caberá a indisponibilidade dos bens do agente ímprobo, limitado ao ressarcimento integral do dano, "bem como a execução de eventual sanção pecuniária a ser imposta e qualquer outro encargo financeiro decorrente da condenação" (REsp 817.557/ES, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 2.12.2008, DJe 10.2.2010.)**

2. No caso dos autos, o Tribunal de origem analisou minuciosamente a questão relacionada à indisponibilidade dos bens, reconhecendo expressamente os requisitos necessários ao deferimento da medida liminar. Todavia, revogou a indisponibilidade de bens determinada pelo juiz singular, sob o argumento de que não foi especificada a extensão da constringção, o que acabou por violar o art. 7º, *caput*, da Lei n. 8.429/92. Caberia à Corte *a quo*, reconhecendo o cabimento da medida liminar, determinar os limites da constringção.

3. Dessa forma, presentes a fumaça do bom direito e o perigo da demora, com a real possibilidade de dilapidação do patrimônio



### **5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO**

**PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL**  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

público, é essencial o bloqueio dos bens suficientes para ressarcir o valor dos danos causados, utilizando-se como parâmetro a estimativa de dano apresentada na petição inicial.  
Recurso especial provido.

Anote-se que a jurisprudência se firmou no sentido de que para a indisponibilidade de bens basta que a fumaça do bom direito – que é evidente no caso, pelas provas produzidas sendo que a conduta dos réus foi inclusive censurada pelo Tribunal de Contas – e o perigo da demora, que em caso de atos de improbidade é implícito.

Veja-se o seguinte agravo de instrumento julgado pelo TJTO:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 50094847320138270000  
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.  
REFERENTE: AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº. 5000695-88.2013.827.2715  
– 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRISTALÂNDIA/TO.  
AGRAVANTE: LEONCIO LINO DE SOUSA NETO.  
ADVOGADO: NATANAEL GALVÃO LUZ.  
AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.  
PROMOTOR DE JUSTIÇA: AIRTON AMILCAR MACHADO MOMO.  
PROCURADOR DE JUSTIÇA: JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU.  
RELATORA: JUÍZA CÉLIA REGINA REGIS.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. TUTELA DE EVIDÊNCIA. GRAVIDADE DOS FATOS E PREJUÍZO CAUSADO AO ERÁRIO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Correta a decisão que determinou a indisponibilidade dos bens do agravante visando resguardar o erário para eventual e futura execução, diante de fortes indícios da ocorrência de improbidade administrativa que se amolda, em princípio, ao inciso IX do artigo 10, da Lei 8492/92, além de indícios de violação aos princípios da legalidade e da moralidade. 2. Trata-se de tutela de evidência, vez que o *periculum in mora* não decorre da intenção do agente dilapidar seu patrimônio, mas da gravidade dos fatos e do prejuízo causado ao erário, atingindo toda a coletividade. 3. Agravo improvido.

Em igual sentido, a jurisprudência do **Superior Tribunal de Justiça** está absolutamente pacificada:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO PROMOVIDO. DECRETAÇÃO. REQUISITOS. EXEGESE DO ART. 7º DA LEI N. 8.429/1992, QUANTO AO PERICULUM IN MORA PRESUMIDO.**

1. O fundamento utilizado pelo acórdão recorrido diverge da **orientação que se pacificou no âmbito desta Corte, inclusive em recurso repetitivo (REsp 1.366.721/BA, Primeira Seção, j. 26/2/2014), no sentido de que a decretação de indisponibilidade de bens em improbidade administrativa caracteriza tutela de evidência.**



### 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

2. **Daí a desnecessidade de comprovar a dilapidação do patrimônio para a configuração de *periculum in mora*, o qual estaria implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92, bastando a demonstração do *fumus boni iuris*, consistente em indícios de atos ímprobos.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1314088/DF – Relator Ministro OG FERNANDES – Órgão Julgador T2 – SEGUNDA TURMA – Data do Julgamento 18/06/2014 – Data da Publicação/Fonte DJe 27/06/2014)

Assim, justa e necessária a indisponibilidade de bens dos réus, a fim de bem tutelar o tão vilipendiado erário, garantindo o resultado útil do processo.

#### IV. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer o MINISTÉRIO PÚBLICO:

a) seja nos termos do art. 7º da Lei n. 8.429/92 liminarmente **decretada a indisponibilidade dos bens** dos requeridos, já qualificados, até o montante do valor a ser ressarcido ao erário municipal, acrescido de multa civil que totaliza **R\$ 1.102.500,00, bem como a emissão de ordem para que a requerida não realize qualquer novo pagamento com base na licitação fraudulenta.** Para implementar a medida requer o bloqueio de ativos financeiros via BACENJUD; seja oficiado ao Detran para anotar o gravame em registros de veículos; bem como a anotação da indisponibilidade de idêntico valor nas matrículas dos bens imóveis que os requeridos possuam nas cidades de Palmas/TO, Paraíso/TO, Fátima/TO, ou onde vierem a ser localizados, expedindo-se ofício aos Cartórios de Registro de Imóveis para a anotação da medida e o implemento da **ordem via Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, nos termos do Provimento 39/2014 do CNJ;**

b) a **notificação** dos requeridos para, no prazo de 15 dias, oferecer manifestação por escrito, nos termos do artigo 17, § 7º, da Lei n.º 8.429/92;

c) o recebimento da petição inicial, citando-se os requeridos para ofertar contestação no prazo legal, sob pena de revelia;

d) a cientificação do Município para, caso queira, integrar o **polo ativo** da demanda (artigo 17, § 3º, da Lei 8.429/92);

e) a **procedência do pedido para reconhecer a prática dos atos de improbidade administrativa perpetrados**, condenando os requeridos nas penas previstas no artigo 12, inciso II, da Lei n.º 8.429/92, ou seja, ressarcimento integral do dano e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio dos requeridos apurado em **R\$ 367.500,00**, que deve ser atualizado quando da execução, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, **pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano, que redunda juntamente com o dano totaliza R\$ 1.102.500,00** e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos; **Ou forma subsidiária**, a condenação dos requeridos nos termos do artigo 12, inciso III, da Lei n.º 8.429/92, ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber





### **5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL/TO**

**PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, COMBATE À CORRUPÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL**  
Avenida Antônio Aires Primo, s/n, Centro, Porto Nacional-TO, CEP: 77.500-000, Fone/fax (63) 3363-1220/1414

benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos;

g) a produção de todos os meios de prova em direito admitidas, dentre eles prova testemunhal, depoimento pessoal dos requeridos e a juntada de novos documentos;

h) a condenação do requerido ao pagamento das custas e despesas processuais;

Dá-se o valor da causa o valor de **R\$ 1.102.500,00.**

Porto Nacional, 15 de agosto de 2018

**VINÍCIUS DE OLIVEIRA E SILVA**  
**Promotor de Justiça**